



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11320 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

A (DES)VALORIZAÇÃO NAS POLÍTICAS CURRICULARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PROCESSOS DE APAGAMENTO

Maria Aparecida Lima dos Santos - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ/UFMS

A (DES)VALORIZAÇÃO NAS POLÍTICAS CURRICULARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PROCESSOS DE APAGAMENTO

Palavras-Chave: Formação de professores. Direitos. BNC-FP. Perspectiva pós-fundacional.

Introdução

Observa-se nos documentos curriculares brasileiros um processo de disputas pela significação de termos como conhecimento, escola e docência (MONTEIRO, 2014, p. 4), esse último muito relacionado a políticas de responsabilização e a um projeto de destituição do Estado de sua função de atender as demandas por direito à educação. Nesse sentido, concebe-se que interpelar significantes no interior das políticas curriculares implica assumir a compatibilidade entre questões de ordem política e epistemológica, que, longe de configurar-se como um discurso neutro, impessoal, lança-se como *aposta*.

A ideia de aposta associa-se, nessa teia discursiva, à necessidade de colocar sob rasura (HALL, 2000) toda e qualquer categoria mobilizada no discurso acadêmico. Isso significa assumir que, a partir da perspectiva desconstrutivista,

[...] o sinal de rasura (X) indica que eles [os conceitos] não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’ – em sua forma original, não re-construída. Mas, uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles [...] (HALL, 2000, p. 104).

Para observar o processo supramencionado, elegemos como temática central de análise os sentidos de *valorização profissional* que circulam nas resoluções voltadas à formação docente (inicial e continuada) no período de 2015 a 2019, pautando-nos pela perspectiva pós-fundacional (LACLAU, 2010; BURITY, 2010). Destarte, procuramos responder à seguinte indagação: que sentidos do significante *valorização* circulam nas fontes documentais selecionadas e a que projetos eles podem estar associados?

Metodologia

O estudo proposto tem se pautado pela abordagem qualitativa (GHEDIN; FRANCO, 2011), configurando-se como pesquisa documental de caráter bibliográfico (SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

As fontes documentais que escolhemos abordar comparativamente nesse texto são as diretrizes voltadas aos cursos de formação, inicial e continuada, de professores produzidas no período de 2015 a 2019: a Resolução CNE/CP 02/2015, a Resolução CNE/CP 02/2019 (BNC-FP) e a Resolução CNE/CP 01/2020 (BNC-FC).

Resultados e discussões

Em nossa investigação, observamos uma flutuação de sentidos em torno do significante *valorização* nas fontes documentais selecionadas, como é possível perceber quando elencamos comparativamente trechos das três resoluções (tabela 1). Na comparação operada, foi possível notar um processo de apagamento de certos sentidos em detrimento de outros que foram emergindo. Para observar a flutuação de sentidos que acontece de uma resolução a outra, selecionamos trechos nos quais o significante aparece relacionado à docência.

Tabela 1: Trechos que contextualizam o significante *valorização* em sentido relacionado à docência.

Resolução	Trechos
-----------	---------

02/2015	<p>Trecho 1: “CONSIDERANDO que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino.” (p. 1) [1ª ocorrência em 10]</p>
	<p>Trecho 2: “CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação.” (p. 2) [2ª ocorrência em 10]</p>
	<p>Trecho 3: “CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho.” (p. 2) [3ª ocorrência em 10]</p>
02/2019	<p>Trecho 1 - “II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão.” (p. 3) [única ocorrência associando “docente” em 3]</p>
01/2020	<p>Trecho 1 - “IV - Reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional.” (p. 3). [uma ocorrência em uma que associa <i>valorização a docente</i>]</p> <p>Trecho 2 - V - Reconhecimento e valorização da materialização objetiva do direito à educação dos alunos como principal função social da instituição escolar, da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes, gestores e demais funcionários [1a ocorrência em duas que associa <i>valorização a profissional</i>]</p> <p>“VIII - Reconhecimento e valorização das contribuições de todos os profissionais, assessores, colaboradores e voluntários que participam das atividades e processos conduzidos nas instituições escolares como de fundamental importância para a consecução de seus objetivos institucionais e sociais, por meio da materialização de uma sólida ética profissional, que explicita, em ações concretas no cotidiano escolar, os princípios de cordialidade, assiduidade, pontualidade e apresentação pessoal.” (p. 4) [2a ocorrência em duas que associa <i>valorização a profissional</i>]</p>
<p>Fontes: BRASIL, 2015; BRASIL, 2019; BRASIL, 2020. Grifos nossos.</p>	
<p>Obs.: Para essa comunicação, devido ao espaço, optamos por apresentar apenas três dos dez trechos identificados na Resolução 02/2015.</p>	

Nos três trechos da Resolução 02/2015, o significante *valorização* é associado à profissional no sentido que destaca os sujeitos (valorização daqueles que exercem a profissão). A cadeia de equivalências é complementada no trecho 3, que relaciona a ideia de valorização profissional à “garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho”. Na Resolução 02.2019, o significante *valorização* aparece associado à “profissão docente”, afastando-se do sentido anterior (não se trata da valorização do profissional). Na Resolução 01/2020, o sentido de valorização é deslocado totalmente para a pessoa do docente (trecho 1 – “Reconhecimento e valorização dos docentes

como os responsáveis prioritários), tornados os responsáveis morais, inclusive (“... da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes), pela “materialização objetiva do direito à educação” (trecho 2). A associação entre valorização e profissional nessa resolução dirige-se às contribuições dos docentes na consecução dos objetivos institucionais, ressaltando-se o aspecto ético da profissão no agir cotidiano.

No contexto discursivo apresentado, *valorização* pode ser concebido como ponto nodal, na medida que, simultaneamente, articula demandas provenientes de projetos díspares, com produção de significantes vazios ou identidades hegemônicas (DIAS; LOPES, 2009). Em torno desse significante, observa-se um claro processo de apagamento daquilo que, na Resolução 02/2015, era central: a obrigatoriedade do Estado de fornecer a infraestrutura necessária à concretização do Direito à Educação, conforme preconizam a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Instaura-se, em oposição, um princípio das políticas gerencialistas que promove a responsabilização dos profissionais que atuam nas escolas pela efetivação do Direito referido.

Considerações finais

A partir da análise em perspectiva pós-fundacional dos sentidos que observamos flutuar em torno do significante *valorização*, tem sido possível dar visibilidade aos mecanismos discursivos que fazem parte de um processo de instauração de uma retórica da qualidade e eficiência do setor público. Esses sentidos relacionam-se a projetos estruturados sob o cânone gerencialista na educação, sob influência da Nova Gestão Pública (NGP) e das respectivas “lógicas de ação de tipo empresarial, [que] promovem o setor privado como política pública” (PIOLLI; HELOANI, 2015, p. 594).

Nesse contexto, promove-se a expansão da Educação Básica e do Ensino Superior sem aumentar os investimentos e estabelecendo a finalidade de elevar a produtividade embalada no discurso da “valorização do professor” (PIOLLI; HELOANI, 2015, p. 592). Nas políticas educacionais, e em particular nas curriculares, o processo ocorre em meio a movimentos de tentativas de fixação de sentidos que buscam disseminar e hegemonizar princípios provenientes de projetos promotores de uma efetiva desvalorização da carreira docente associada à promoção de formas tecnificadas de ensinar que expurgam o fomento ao pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 18-12, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 115-119, 23 dez. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/mpK79. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 208, p. 103, 29 out. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/uzKR8. Acesso em: 24 mar. 2021.

BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e educação: reconstruindo vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 7-29, 2010.

DIAS, Rosanne E.; LOPES, Alice Casimiro. Sentidos da prática nas políticas de currículo para a formação de professores. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.79-99, Jul/Dez 2009.

GHEDIN, E. & FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: HALL, S. **Media and Cultural Regulation**. Londres: Open University, 1997

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

MONTEIRO, Ana Maria et al. **Ensino de História**: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

PIOLLI, E; SILVA, E. P. e & HELOANI, J. R. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set.-dez., 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de & GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009, p. 01-15.